

PROJETO DE LEI Nº , DE 2009

(Do Sr. ANTONIO ROBERTO)

Acrescenta dispositivos aos arts. 20 e 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, para reduzir as alíquotas de contribuição incidente sobre a remuneração paga aos jovens com idade entre dezesseis a vinte e quatro anos em situação de desemprego involuntário, que não tenham tido vínculo empregatício anterior, bem como aplica a redução da alíquota do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço prevista no § 7º do art. 15 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, a essas contratações.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 20 e 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passam a vigorar acrescidos dos seguintes parágrafos:

“Art.20

.....

§ 3º A contribuição prevista no caput deste artigo será reduzida para dois por cento, por vinte e quatro meses, para o segurado empregado que satisfizer as condições previstas no § 4º deste artigo.

§ 4º Considera-se beneficiário da redução prevista no § 3º os jovens com idade entre dezesseis a vinte e quatro anos em situação de desemprego

involuntário, que não tenham tido vínculo empregatício anterior.

§ 5º A redução prevista no § 3º não se aplica na contratação de jovens para desempenhar atividades insalubres ou perigosas, nos termos da legislação específica.

§ 6º O período em que vigorar a redução prevista no § 3º não será computado para fins de aposentadoria por tempo de contribuição.” (NR)

“Art. 22.....

.....

§ 14 A contribuição prevista no inciso I deste artigo será reduzida para cinco por cento, pelo período de vinte e quatro meses, quando incidir sobre a remuneração paga, devida ou creditada a segurados empregados que contem com idade entre dezesseis a vinte e quatro anos em situação de desemprego involuntário, que não tenham tido vínculo empregatício anterior, referidos no § 4º do art. 20 desta Lei, observado o disposto no § 5º do art. 20 desta Lei”. (NR)

Art. 2º Aplica-se o disposto no § 7º do art. 15 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, à contratação efetuada na forma do § 14º do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Estudo recente da Organização Internacional do Trabalho – OIT, intitulado “o trabalho decente e a juventude no Brasil”, chama atenção para a dificuldade dos jovens em conseguirem um posto no mercado formal de trabalho. Além do obstáculo da pouca experiência, a precariedade dos postos de trabalho disponíveis os empurra para a informalidade, situação que, por seu turno, muitas vezes os impede de continuar os estudos, por conta das jornadas de trabalho excessivas. Esse círculo vicioso tem como resultado a

impossibilidade desse jovem obter, na idade adulta, um emprego de qualidade, em um mercado de trabalho a cada dia mais competitivo.

O referido estudo também destaca que, entre os jovens, o emprego de carteira assinada é a exceção. Do total de dezoito milhões de jovens ocupados, mais da metade desse contingente exerciam ocupações informais, em 2007. O cenário se torna mais preocupante ao se constatar que, quanto menor o nível de escolaridade, mais o jovem é afetado pela informalidade e suas consequências nefastas. Ainda de acordo com a OIT, o déficit do emprego formal chega a 14,3 milhões de postos para os jovens.

Por fim, o estudo indica a necessidade de aperfeiçoamento de políticas públicas voltadas para esse segmento populacional, com vistas a combater a informalidade e a excessiva jornada de trabalho imposta aos jovens nessa condição, entre as quais se destaca a ampliação e o fortalecimento da proteção social dos trabalhadores, em especial aqueles do setor informal, buscando-se conciliar seguridade social com eficiência produtiva e competitividade. Cabe registrar que a desoneração da contribuição previdenciária patronal sobre a folha de salários é uma proposta recorrente de diversos setores da sociedade brasileira, mormente quando se buscam alternativas para o aumento da formalização das relações de trabalho.

Como forma de contribuir para a melhoria da inserção do jovem no mercado de trabalho, apresentamos este Projeto de Lei que visa reduzir as alíquotas de contribuição para a previdência, tanto do empregado quanto do empregador, na contratação de jovens que venham a exercer o primeiro emprego com carteira assinada. Espera-se que a adoção das medidas propostas, embora em um primeiro momento possam representar um aumento de custos para o sistema previdenciário, resultem na elevação da formalização de postos de trabalho para esse contingente populacional, aumentando, por conseguinte a arrecadação da Previdência Social.

Também é proposta a redução do recolhimento da contribuição devida pela empresa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. De mencionar que a redução da alíquota do FGTS já vigora para os contratos de aprendizagem, de forma que apenas estendemos essa redução para o primeiro contrato de trabalho formal de jovens com idade entre 16 a 24.

Convictos da relevância social dessa proposição, contamos com o apoio dos ilustres pares para sua aprovação.

Sala das Sessões, em de outubro de 2009.

Deputado ANTONIO ROBERTO
PV-MG